



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA  
DO SEGUNDO PERÍODO DA QUARTA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No décimo quarto dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Manifestou-se inicialmente o vereador Fernando Carneiro e parabenizou a comunidade universitária da Universidade Federal do Pará – UFPA pela nomeação de Emmanuel Zagury Tourinho, reconduzido ao cargo de reitor daquela instituição de ensino pelo presidente Jair Bolsonaro. Comentou que finalmente, após muita demora, Bolsonaro resolvera respeitar a autonomia da universidade nomeando o candidato escolhido pela comunidade universitária, eleito com mais de noventa por cento dos votos. O Conselho Universitário da UFPA também o elegera, mas o Ministério da Educação – MEC e a Presidência da República relutavam em fazer a nomeação e felizmente cederam, muito em virtude da pressão da comunidade para garantir a autonomia universitária, historiou. Lembrou que a atual gestão federal já desrespeitara diversas vezes esta autonomia em outras universidades federais nomeando pessoas não eleitas. Apontou ser 15 de outubro o Dia do Professor em nível nacional, lamentando haver pouca coisa a comemorar porque o país experimentava um momento muito ruim, de desvalorização da educação, a começar pela Presidência da República, mas se refletindo em todos os níveis, passando pelo governo estadual e pela gestão municipal. Recordou que o então candidato ao governo estadual, Hélder Barbalho, prometera diversas vezes nos programas de televisão que pagaria o piso nacional aos professores estaduais, mas, após dois anos de sua eleição, tal promessa ainda não fora cumprida. Nas escolas estaduais não estavam sendo realizadas as eleições diretas para diretor, uma reivindicação dos trabalhadores em educação, o que julgou um anacronismo, defendendo que a comunidade escolar decidisse sobre a direção em cada instituição de ensino. Infelizmente, lastimou, as escolas serviam como cabide para indicações políticas de parceiros e amiguinhos do governo e quem perdia com isso era a educação. Informou ter apresentado um projeto de lei neste parlamento estabelecendo a eleição direta para os diretores das escolas municipais de Belém. Participou que, naquele momento, os trabalhadores em educação estavam em frente à sede da Secretaria de Estado de Educação – Seduc reivindicando a reforma das unidades estaduais de ensino. Outra preocupação desses profissionais, alertou, era o retorno das aulas presenciais sem as devidas condições de segurança sanitária. Acrescentou ter advertido para os riscos do retorno às aulas nas escolas municipais sem os cuidados necessários, havendo informações de terem sido confirmados casos de Covid-19 vitimando funcionários em trinta escolas municipais de Belém, segundo o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Pará – Sintep. O Colégio Nazaré, uma escola particular, suspendeu as aulas ao serem detectados casos de Covid-19, mas nas escolas municipais em nossa cidade não havia esse protocolo, comparou. Considerou criminosa tal atitude, contrastando que na rede privada as aulas foram suspensas para que testes de detecção fossem realizados e as salas fossem sanitizadas, mas o mesmo não ocorreu nas escolas municipais. Os casos de Covid-19 estavam aumentando e as aulas somente deveriam ser retomadas quando houvesse segurança sanitária, opinou. Assim como ocorria em nível estadual, referiu, o município também não pagava o piso nacional, mas a situação do servidor municipal era pior porque seu salário base era menor que o salário mínimo, não sendo reajustado havia cinco anos. Defendeu a criação de um plano unificado de carreiras e cargos para os trabalhadores em educação, não apenas para professores e professoras, estabelecendo ser essa uma medida fundamental para garantir a qualidade da educação em nossas escolas municipais. Para se atingir boa qualidade educacional, postulou, é necessário haver segurança jurídica, valorização profissional, remuneração justa e deveria cessar o assédio moral que ainda imperava em todas as secretarias da PMB. A autonomia sindical da representação dos trabalhadores em educação também deveria ser respeitada pela Prefeitura, salientou. A este respeito, relatou que o prefeito Zenaldo Coutinho não recebia o sindicato dos trabalhadores em educação e

um de seus coordenadores já viera a este parlamento e usara da tribuna para solicitar que a CMB intercedesse para que a Prefeitura recebesse o sindicato. Externou ser esta uma clara comprovação de que a atual gestão municipal não respeitava os critérios da democracia, não respeitava a autonomia sindical dos trabalhadores em educação. Solidarizou-se e estes e saudou os professores pelo seu dia, lamentando a pouca importância dada à educação no município, no estado e no país. Reiterou haver pouco a comemorar, mas muito a lutar. Joaquim Campos expôs que antigamente era anualmente descontado do salário dos trabalhadores o valor correspondente a um dia de trabalho para prover os sindicatos, mas isso felizmente acabou. Criticou Edmilson Rodrigues por ter construído, quando foi prefeito de Belém, a passarela situada na Avenida Pedro Álvares Cabral com a Avenida Júlio César, pois ninguém a usava, e ter gasto dinheiro com o bondinho na Cidade Velha, que hoje se encontrava isolado atrás de uma parede de concreto. Alertou que os marxistas tentavam enganar as pessoas adotando outras cores ao invés da vermelha. Disse que Fernando Carneiro criticara anteriormente o governador Hélder Barbalho e a gestão municipal de Belém em relação à educação, colocando Edmilson Rodrigues em uma redoma, embora este, em seu governo, houvesse desviado dinheiro destinado à compra de livros. Findo este pronunciamento, o vereador Lulu das Comunidades assumiu a presidência da Mesa. O vereador Mauro Freitas subiu então à tribuna e comentou sobre matéria publicada no jornal Diário do Pará afirmando que o ex-secretário municipal de saúde, Sérgio Amorim, deixara o cargo em meio a denúncias de fraude. Disse que explicaria o que realmente aconteceu para que o Diário do Pará, sendo um órgão de imprensa sério, posteriormente o publicasse. Observou que, no governo estadual, o secretário de Saúde Alberto Beltrame fora mantido por muito tempo no cargo, apesar das denúncias de fraude e desvios de recursos que levaram à operação da Polícia Federal em nosso estado. Em contraponto, enalteceu a atitude de Sérgio Amorim que preferiu deixar o cargo e responder o processo, tendo a certeza de que seria inocentado. Dessa forma, continuou, não poderia ser acusado de usar a influência da posição ocupada para interferir nas investigações. Reputou ser essa uma atitude plenamente republicana, parabenizando Sérgio Amorim e confessando que com isso passara a admirá-lo ainda mais. Contou ter telefonado ao prefeito Zenaldo Coutinho a respeito da saída de Sérgio Amorim do governo e Zenaldo confessara-lhe também ter sido surpreendido pelo pedido de demissão, informando-o que uma diretora assumiria temporariamente o cargo e que ainda estava estudando quem seria o novo secretário de Saúde de Belém. Afirmou então que Sérgio Amorim deixava a pasta como o melhor secretário de Saúde que nossa cidade já teve em toda sua história. Como marca de sua atuação, continuou, deixava a construção de dois hospitais de alta complexidade (o HPSM Mário Pinotti e o HPSM Humberto Maradei Pereira), o Hospital de Retaguarda Dom Vicente Zico e a construção de quatro Unidades de Pronto Atendimento. Parabenizou Sérgio Amorim por seu desempenho como secretário municipal de Saúde, asseverando que seria inocentado porque o Ministério Público Federal já dera seu parecer: o caso se devia a um equívoco de uma funcionária que estava respondendo um Processo Administrativo Disciplinar – PAD por isso. Mencionou que na sessão ordinária anterior o vereador Sargento Silvano acusara este parlamento de estar contra a Polícia Civil e expressou ser essa uma declaração absurda porque esta Casa jamais se posicionaria contrariamente à briosa Polícia Civil ou à Polícia Militar, tendo entre seus componentes, inclusive, um policial civil, membro do sindicato da categoria, o vereador Pablo Farah. Findo seu pronunciamento, o vereador Mauro Freitas reassumiu a presidência da Mesa. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do MDB, Joaquim Campos parabenizou o vereador Pablo Farah pela sua atuação como vereador de Belém e como sindicalista. Referiu depois sempre ter sido atendido quando solicitou os serviços do sistema municipal de Saúde para as pessoas carentes que o procuravam. Elogiou a atuação do ex-secretário municipal Sérgio Amorim, reconhecendo que os requerimentos a ele encaminhados foram prontamente atendidos. Agora, lamentou, estava aberta a temporada de caça e detratava-se o governador Hélder Barbalho, detratava-se o ex-secretário Sérgio Amorim, tentando-se nivelar tudo por baixo, atirando todos à lama. Repetiu que a esquerda tentava mudar de cor para confundir a população, mas sua cor era vermelha. Pela liderança do PSOL, Enfermeira Nazaré Lima reportou-se à dificuldade que as pessoas tinham para obter documentação. Na CMB, atentou, funciona o Núcleo de Apoio ao Cidadão – Naci, que emite carteiras de identidade e estava sempre lotado, com muitas pessoas batendo à porta dos gabinetes em busca de um encaminhamento para obtê-las. Tal serviço também é prestado em outros locais na cidade, acrescentou, mas ainda assim havia nas ruas pessoas que não tinham documentos, nem sequer registro de nascimento. Embora fosse fornecida a cada recém-nascido uma declaração de nascido vivo para emissão gratuita da documentação, nem sempre era possível conseguí-la, principalmente nos interiores, indicou. Havia grande dificuldade para obtenção da carteira de identidade, um direito constitucional de todo cidadão, prosseguiu. Sobrelevou ser necessário adotar uma política séria utilizando a tecnologia para atender a demanda por documentação. A pandemia provocou um aumento do desemprego atingindo principalmente a população na faixa etária de dezoito a vinte e quatro anos, que tinha mais carência de documentação e menor formação, estimou. Seria um grande desafio para a futura gestão municipal, ponderou, a adoção de uma política séria de geração de emprego e renda para essa população jovem e adulta que desenvolvesse as competências comportamentais e maximizasse o

potencial produtivo dessas pessoas. Tornava-se fundamental criar um grande mercado de tecnologia, destacou, investindo-se na capacitação da juventude, estabelecendo-se renda mínima e crédito facilitado. Durante este pronunciamento, assumira a presidência da Mesa o vereador Gleisson Silva. Pela liderança da Oposição, Fernando Carneiro reafirmou que a educação vinha sendo destruída em nosso país nos níveis municipal, estadual e federal, havendo muito pouco a comemorar no Dia do Professor. Repetiu que o governador Hélder Barbalho incluía em seu programa de governo e prometera nos debates, durante a campanha, que pagaria o piso salarial nacional aos professores estaduais, mas até agora não cumprira a promessa. Isso era um fato, não uma opinião, constatou, e deveria ser repudiado. Neste dia, reiterou, os trabalhadores em educação estavam em frente à Seduc para garantir que o retorno às aulas somente acontecesse com as devidas condições sanitárias e assim estavam defendendo a vida. No município de Belém foram registrados casos de Covid-19 em trinta escolas municipais, voltou a assinalar. Na rede particular, no Colégio Nazaré, ao serem identificados casos da doença, as aulas foram suspensas, mas na rede pública estadual e municipal o procedimento não era esse, contrastou. Voltou a chamar atenção para a inexistência, tanto nas escolas estaduais quanto nas municipais, de eleições diretas para diretor de escola, destacando haver um projeto de lei de sua autoria, em trâmite neste parlamento, estabelecendo que os diretores sejam escolhidos desse modo. No estado e no município os professores não recebiam o piso salarial nacional, retomou, sendo mais grave a situação dos professores municipais porque tinham um salário base inferior ao salário mínimo. Em nível municipal, os docentes lutavam por um plano de cargos e salários e para que o prefeito reconhecesse a autonomia da categoria e negociasse com o sindicato, adicionou. A situação era grave, prosseguiu, e os professores estaduais e municipais reivindicavam que o retorno às aulas somente ocorresse se fossem garantidas as condições de segurança sanitária. Parabenizou todos os trabalhadores em educação, especialmente os professores, pela nobre tarefa de educar as crianças. Advertiu que todos dizem defender e reconhecem a importância da educação, mas na hora de defendê-la de fato, não o fazem, pois não reconhecem o sucateamento das escolas e a falta de segurança sanitária para a retomada das aulas presenciais. Expressou criticar o que estava errado em nível municipal e estadual, pois não estava comprometido com o prefeito, com o governador e muito menos com o presidente da República. Seu posicionamento crítico deveria ser respeitado, admoestou, atestando que mantinha sua integridade, era a favor do povo e dos trabalhadores em educação. Subiu então à tribuna para denunciar que eles estavam sendo massacrados pelo governo estadual e pelo governo municipal. Reiterava, por esse motivo, sua solidariedade aos professores e professoras em seu dia, que deveria ser comemorado, mas era mais um dia de luta. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador Êmerson Sampaio. Subiu então à tribuna, pela liderança do PV, o vereador Wilson Neto e expressou ser um grande entusiasta da democracia e do debate, quando este podia ser feito de forma construtiva. Neste sentido, discorreu, as diferenças entre os posicionamentos promoviam o crescimento de todos os envolvidos. Observou que durante a pandemia, com a paralisação das atividades econômicas, muitas pessoas chegaram a passar fome em nossa cidade. Argumentou que, com a retomada das atividades econômicas, os pais não tinham com quem deixar os filhos e, assim sendo, as aulas presenciais deveriam voltar a acontecer. O profissional de educação deveria ser respeitado e valorizado em nossa cidade, mas se deveria pensar também nos pais de família e nas crianças, que ficariam em situação de vulnerabilidade porque seus pais precisavam sair para trabalhar, arrazoou, exaltando o papel social das creches e escolas públicas. Louvou o trabalho desenvolvido pela PMB na área da Saúde, feito com equilíbrio, técnica e prudência, realizado por pessoas competentes. Explicitou estar colaborando com o retorno das atividades, ajudando a elaborar protocolos dentro da área em que tinha formação, o direito. Em relação ao retorno das aulas presenciais, expressou respeitar o conhecimento profissional e a experiência de cada um, julgando, porém, ser egoísmo ou insanidade pensar em apenas uma categoria ou segmento, quando vários setores da sociedade eram impactados. Falando posteriormente pela liderança de Governo, Wilson Neto afiançou que o legado deixado pela gestão do ex-secretário municipal de Saúde Sérgio Amorim suplantava a somatória do que fora realizado por todos os titulares da pasta na história de nossa capital. Ajuizou ter sido acertada, positiva e coerente sua decisão de entregar o posto no dia anterior. Parabenizou-o por fazê-lo, expressando que isso mostrava isenção e imparcialidade, demonstrando que não precisava do cargo para se proteger, atrapalhando as investigações, como outros tantos fizeram. Hipotecou sua solidariedade a Sérgio Amorim, desejando que tudo fosse devidamente esclarecido. Expressou ter confiança na justiça, apesar dos mecanismos, subterfúgios e manobras que, infelizmente, reconheceu, ainda permitiam misturar todos no mesmo mar de lama em que algumas pessoas viviam. Classificou ser essa uma estratégia vil, nefasta e vergonhosa. Avaliou que, com a entrega do cargo, Sérgio Amorim mostrou convicção por tudo que fizera à frente da secretaria de Saúde. Sugeriu que fosse encaminhado por este Poder um questionamento sobre os motivos que levaram a Polícia Civil a investigar a compra, pela PMB, de quatro respiradores por um valor de 65 mil reais a unidade e não investigar a compra, em setembro passado, de equipamentos similares da mesma empresa, pelo governo estadual, a um valor de 99 mil reais a unidade. Sublinhou ter grande respeito pela Polícia Civil, dizendo não acreditar que tal conduta adviesse da corporação como um todo. Recordou que Sérgio

Amorim levava pessoalmente ao Tribunal de Contas dos Municípios, ao Ministério Público do Estado do Pará – MPPA e à Polícia Federal a comprovação de que os respiradores custaram 65 mil reais a unidade e estavam funcionando, diferentemente de centenas de outros comprados pelo governo estadual, que até aquele momento não funcionaram. A operação de compra realizada pelo governo do estado teve parecer contrário do MPPA, que tem a competência para opinar e deferir tais medidas, alertou. Pela liderança do PTB, Rildo Pessoa cedeu aparte ao vereador Lulu das Comunidades. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças para verificação de quórum. Não havendo quórum, aguardaram-se os dez minutos previstos regimentalmente para realização de nova verificação. Neste ínterim, o vereador Mauro Freitas reassumiu a presidência da Mesa e entregou ao jornalista Pedro Paulo da Silva Ribeiro, em nome de todos os vereadores da CMB, o título honorífico de Cidadão de Belém. Findo o tempo estabelecido regimentalmente, foi feita a nova verificação. Permanecendo a ausência de quórum, o presidente encerrou a sessão às dez horas e quinze minutos. Estavam licenciados os vereadores Amaury da APPD e Toré Lima. Justificaram suas ausências os vereadores Igor Andrade, Bioco, Celsinho Sabino, Dr. Elenilson, Fabrício Gama, John Wayne e Simone Kahwage. Estiveram presentes os vereadores: Marciel Manão, pelo Avante; Professor Elias e Gleisson Silva, pelo PSB; Pablo Farah, pelo PL; Joaquim Campos e Paulo Queiroz, pelo MDB; José Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Enfermeira Nazaré Lima e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Lulu das Comunidades e Professora Nilda Paula, pelo bloco PSD – PTC; Nehemias Valentim, Mauro Freitas e Moa Moraes, pelo PSDB; Rildo Pessoa, pelo PTB; Wilson Neto, pelo PV; Emerson Sampaio, pelo PP. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 14 de outubro de 2020.

  
1º Secretário

  
Presidente

  
2º Secretário